

Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2010

	Índice
Breve Introdução	2
1. Relatório de Actividades	4
1.1. Consolidação interna	4
1.1.1. Recursos Humanos	5
1.1.1.1. Equipa Técnica	5
1.1.1.2. Avaliação de Desempenho	5
1.1.1.3. Formação	6
1.1.2. Actividade Operacional	7
1.1.2.1. Instrumentos de Suporte á Actividade	7
1.1.2.2. Iniciativa Bairros Críticos	8
1.1.2.3. Promoção do Empreendedorismo Imigrante	8
1.1.2.4. Alguns dados da Actividade	9
1.1.2.5. Relacionamento com as Instituições Financeiras	11
1.1.2.6. Acompanhamento	11
1.1.2.7. Reuniões da Equipa Técnica	12
1.1.2.8. Comissões de Crédito	12
1.1.3. Site	13
1.1.4. Boletim	13
1.1.5. Organização das actividades de voluntariado	13
1.1.6. Associados	14
1.1.7. Mecenato	14
1.1.8. Protocolos	15
1.2. Relacionamento Institucional	16
1.2.1. IEFP	16
1.2.2. Instituições Financeiras	17
1.2.3. Secretaria de Estado para a Igualdade	17
1.2.4. Microfinança e Sociedades Financeiras de Microcrédito	18
1.2.5. CASES	19
1.2.6. AXA Seguros	19
1.2.7. Ministério do Ambiente	19
1.2.8. ACIDI	20
1.2.9. CNIS	20
1.2.10. Estatuto do Auto-empresário e do Microempresário	20
1.3. Relacionamento internacional	21
1.3.1. REM – Visita de Delegação	21
1.3.2. REM – Conferência Anual	22
1.3.3. Microfinança na Europa	22
1.4. Participação em eventos e meios de Comunicação Social	23
2. Contas	24

Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2010

Breve introdução

O ano de 2010 foi caracterizado, por um lado, pelo contexto de crise e, por outro lado, pela criação de algumas expectativas no que respeita ao enquadramento legal do microcrédito no nosso país e, em consequência, eventual alteração do modelo de microcrédito. Acrescente-se ainda a entrada do próprio Estado, através do microinvest (mais tarde integrado no *Programa Nacional de Microcrédito*, cuja gestão foi entregue à CASES), como fornecedor do produto microcrédito. Estas três vertentes tiveram na ANDC repercussões tanto ao nível interno como no seu relacionamento ao nível externo.

Ao nível interno, há que sublinhar os seguintes aspectos:

- Diminuição da procura e conseqüente número de projectos creditados;
- Maior exigência dos parceiros financeiros na aprovação dos projectos;
- Dificuldades crescentes em manter os negócios abertos e conseqüente esforço em estancar o incumprimento;
- Diminuição do apoio financeiro do Instituto de Emprego e da Formação Profissional.

No que respeita ao nível externo, importa destacar:

- Legislação sobre a criação das Sociedades Financeiras de Microcrédito;
- Criação da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Maior confusão a nível do público, devido ao aparecimento de mais um tipo de microcrédito (do Estado) com maiores vantagens comparado aos já existentes (ANDC e banca);

- Anúncio do Programa Nacional de Microcrédito e papel da CASES no novo enquadramento.

Se já era evidente no Relatório de 2009, no qual se chamava a atenção para a necessidade de o modelo até aqui seguido pela ANDC ter que ser repensado, ao longo de 2010 tornou-se ainda mais evidente e urgente essa reflexão.

A Direcção, na continuidade do trabalho iniciado no ano anterior, procurou reforçar algumas linhas de acção que dotassem a ANDC de algumas competências que lhe permitam diversificar e potenciar a sua actividade. Inserida nessa preocupação está a formação pedagógica dos Técnicos com vista à obtenção do CAP, solicitação de acreditação da ANDC enquanto entidade formadora, participação nos programas «IBC – Iniciativa Bairros Críticos» e «Promoção do Empreendedorismo Imigrante».

Contudo, sendo a Área operacional aquela em torno da qual gira toda a actividade da ANDC, é natural que tenha sido a que mereceu maior atenção, mais esforços e energia, nomeadamente por ser também aí que maiores reflexos têm algumas condicionantes externas e incidir sobre ela a avaliação dos resultados obtidos pela ANDC.

Face às alterações externas que entretanto foram surgindo no decurso do ano, a Direcção procurou não apenas acompanhá-las de perto, mas sobretudo encontrar respostas que marcassem a posição da ANDC no contexto específico e procurando estreitar relações que permitam no futuro outras formas de relacionamento e entendimento com outras entidades.

O presente Relatório encontra-se estruturado em duas partes: **O Relatório de Actividades e As Contas.**

1. Relatório de Actividades

Para um outro olhar sobre o presente Relatório, importa recordar alguns aspectos expressos no Plano de Acção para 2010.

No Plano de Acção para 2010 foram explicitadas as seguintes linhas de orientação:

1. Reposicionar e consolidar o conceito de Microcrédito Social.
2. Criar Condições para, a médio prazo, implementar com outros parceiros, uma Instituição Financeira não bancária;
3. Repensar o acompanhamento
4. Melhorar os procedimentos de comunicação com os parceiros, nomeadamente com as instituições financeiras;
5. Introduzir outras formas de intervenção;
6. Fortalecer o papel das Comissões de Crédito;
7. Criar um Fundo de Solidariedade

No que se refere a objectivos operacionais apontava-se como meta a concretização de 220 projectos, correspondendo ao máximo do então previsto apoio do IEFP.

1.1. Consolidação interna

Ao longo deste ano procurou-se consolidar a forma de organização resultante da reestruturação levada a cabo no ano anterior, nomeadamente através de reuniões periódicas do Secretariado (Secretário-Geral, Gestor Operacional, Coordenador dos Técnicos de Microcrédito e Gestor de Informação) com o responsável da Direcção da área operacional. Dessa forma, tentou-se não apenas garantir a consistência e coerência a nível operacional, mas também encontrar formas de melhoria de procedimentos.

1.1.1. Recursos Humanos

1.1.1.1 Equipa Técnica

Da Equipa Técnica da ANDC depende em grande parte a eficiência da ANDC em termos de resultados obtidos. Perante os novos desafios e compromissos assumidos e ainda pela ausência prevista de um dos Técnicos a partir de Junho, a Direcção procurou reforçar a Equipa Técnica com dois novos elementos recorrendo para isso ao programa de estágios do InovSocial.

A Equipa Técnica em 2010 era composta por 11 Técnicos, distribuídos da seguinte forma: Porto - 2; Norte Interior (Trás-os-Montes) - 1; Centro (Coimbra) - 1; Lisboa - 5; Alentejo - 1; Algarve - 1.

Refira-se que um dos Técnicos afectos a Lisboa apenas iniciou a sua actividade em Abril e o da Zona Centro em Março. Tal como foi dito, ambos os Técnicos foram contratados ao abrigo do InovSocial. Também em Lisboa, um dos Técnicos apenas esteve activo até Junho. Isto significa que a Equipa a partir de Junho contou com 10 Técnicos, sendo que dois deles afectaram, a partir de Maio, 50% do tempo à Iniciativa Bairros Críticos, o que significa que a Equipa afecta à actividade era composta por 9 Técnicos. Acresce ainda a participação dos Técnicos de Lisboa, Porto e Algarve no PEI – Promoção do Empreendedorismo Imigrante, a partir de Julho.

1.1.1.2 Avaliação de Desempenho

Tal como referido no Relatório de 2009, foi implementado e iniciado um novo sistema de Avaliação de Desempenho, com o objectivo de ajudar cada colaborador a caracterizar a sua própria prestação em aspectos relevantes.

Este sistema, embora ainda não completamente interiorizado por todos e necessitando de alguns ajustamentos, permitiu um diagnóstico mais rigoroso das ambições, dificuldades e mais-valias de cada colaborador e permitiu retirar ilações sobre a forma como se posicionam no seio da ANDC e a perspectiva que têm do seu trabalho e funções.

Permitiu à Direcção ter uma ideia mais clara sobre a Equipa da ANDC e a forma como cada um participa ou não na sua construção e consolidação.

1.1.1.3 Formação

Na sequência do ano anterior, também durante o presente ano foi preocupação o dotar a Equipa Técnica de novas competências que lhe permitissem, por um lado, desempenhar melhor a sua função e, por outro lado, para melhor responderem às solicitações decorrentes de outro tipo de acção.

a) Aquisição do CAP (Certificado de Aptidão Profissional)

Na sequência do pedido da acreditação da ANDC enquanto entidade formadora, a Direcção procurou dotar toda a sua Equipa Técnica do CAP com vista a que cada um dos Técnicos estivesse habilitado a dar formação certificada. Assim, actualmente todos os Técnicos se encontram habilitados a dar formação devidamente certificada. A formação, em regime pós-laboral, representou um grande esforço de todos os Técnicos, uma vez que representou uma média de 90 H/Técnico.

b) Formação de Formadores em Pequenos Negócios

Maio-Junho

No âmbito do acordo com o ACIDI, e da participação no PEI (Promoção do Empreendedorismo Imigrante), 8 Técnicos da ANDC frequentaram o curso «Formação de Formadores», organizado por aquela entidade. O curso era composto por três módulos: 1. Avaliação de Micro Negócios; 2. Criação de Negócios; 3. Balanço de Competências Comportamentais. O curso tinha como objectivos o domínio de técnicas de análise de risco de negócios, gestão de pessoas e grupos no processo de descoberta e fundamentação do projecto e aplicação de um balanço de competências e sua análise.

c) Visita ADIE - Association pour l'Initiative Économique

14 - 16 Abril

No âmbito das visitas peer-to-peer propostas pela Rede Europeia de Microfinança (REM), a ANDC visitou a Association pour le Droit à l'Initiative Économique (ADIE) (<http://www.adie.org>) nos passados dias 15 e 16 de Abril. Fizeram parte da visita o Secre-

tário-Geral, José Centeio, e o Gestor Operacional, Gonçalo Moita. O objectivo destas visitas, é sobretudo o de contactar e conhecer de perto outras experiências, compreender e aprofundar os conhecimentos práticos, potenciar e encorajar a partilha de boas práticas e também desenvolver conhecimentos específicos sobre determinadas áreas do microcrédito. Foram dois dias de trabalho intenso, em que tivemos oportunidade de nos reunir com vários departamentos (Operações e Desenvolvimento, Informática, Recrutamento e Formação de Voluntários, Marketing, Auditoria e Controlo e Lobbying). Estas visitas têm uma componente formativa já que permitem, por um lado, contactar de perto com uma experiência e, por outro lado, retirar daí ensinamentos quanto à forma de funcionamento e a forma como evoluíram. Permitiu-nos uma outra percepção sobre a estratégia da ADIE, sobre as suas dificuldades e como pensa ultrapassá-las e ainda sobre os recursos pensados para a sua implementação. Refira-se que esta visita foi custeada em 50% pela Rede Europeia da Microfinança.

d) Seminário «Gestão de Excelência nas Instituições do Sector Solidário»

20 Março

Seminário de Formação durante um dia de horário não laboral, organizado pela OMNISONAL, o qual foi frequentado pelo Secretário-geral.

1.1.2. Actividade Operacional

1.1.2.1. Instrumentos de Suporte à Actividade

Durante o ano de 2010, e tal como já havia acontecido no ano anterior, foi dada grande atenção à informação disponibilizada para efeitos de gestão geral da ANDC. Embora a mudança de Gestor de Informação, saída de um e recrutamento e entrada de um outro, tenha causado alguma perturbação, houve sempre o cuidado de garantir aos Técnicos a informação necessária ao seu bom desempenho, bem como aos parceiros financeiros a indispensável à discussão dos problemas que entretanto iam surgindo.

Refira-se ainda o facto de, durante o ano de 2010, a ANDC ter desenvolvido outro tipo de actividades resultantes de protocolos assinados, nomeadamente com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo

Intercultural (ACIDI). Essas parcerias representaram a afectação de tempo de alguns Técnicos às respectivas actividades.

1.1.2.2. Iniciativa Bairros Críticos

A Iniciativa Bairros Críticos (IBC) deriva do Protocolo assinado, em Abril 2010, entre a Associação Nacional de Direito ao Crédito e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o qual resultou do Memorando de Entendimento assinado com o Ministério do Ambiente em Setembro de 2009. O protocolo tem como objectivos a dinamização de um conjunto de acções inovadoras com vista ao reforço da dimensão empreendedora dos territórios do Vale da Amoreira (concelho da Moita), da Cova da Moura (concelho da Amadora) e do Lagarteiro (Porto).

Esta parceria implicou a afectação de um Técnico da ANDC, tendo como contrapartida a comparticipação do IHRU no montante de € 20 000. No caso, foram disponibilizados dois Técnicos, com a afectação de 50% do seu tempo, para o Vale da Amoreira e Cova da Moura, uma vez que no bairro do Lagarteiro não houve qualquer intervenção.

A avaliação do projecto, sendo globalmente positiva e o trabalho desenvolvido reconhecido pelo próprio IHRU, reflecte também a oportunidade da ANDC em alargar o seu leque de intervenção, nomeadamente no desenvolvimento de competências, dirigida a populações social e economicamente excluídas. Contudo, a experiencia mostra que o custo de estrutura não é compensado pela comparticipação acordada, a qual corresponde, em termos de actividade da ANDC, a 7 projectos comparticipados pelo IEFP. Existindo a possibilidade de o protocolo ser renovado por mais um ano, há que ter em consideração este aspecto e encarar estas actividades como supletivas, ou seja, garantir, em primeiro lugar, o cumprimento dos objectivos traçados para a actividade da ANDC.

1.1.2.3. Promoção do Empreendedorismo Imigrante

Foi assinado, em 20 de Maio de 2010, um protocolo entre a ANDC e o ACIDI cujo objectivo principal é a criação de estímulos e de incentivos ao desenvolvimento de negócios por parte de cidadãos imigrantes, cabendo especificamente à ANDC o apoio na montagem do projecto de negócio, aconselhamento sobre o tipo de financiamento – microcrédito ou outro – e ainda a afectação de algumas horas de acompanhamento. O acordo prevê a contrapartida de € 20 por hora, o qual inclui despesas de deslocação e outros custos inerentes à estrutu-

ra. Neste projecto estão envolvidos dois Técnicos do Porto, o Técnico do Algarve e quatro Técnicos de Lisboa. Até ao momento foram afectas ao projecto cerca de 120 horas.

1.1.2.4. Alguns dados da Actividade

Importa reconhecer que o ano de 2010 ficou aquém dos objectivos inicialmente traçados. Notou-se um decréscimo acentuado ao nível da procura (gráfico 1), o que teve como consequência imediata um número inferior de projectos aprovados e consequentemente de projectos creditados. Esta diminuição da procura terá certamente razões diversas, contudo cabe aqui sublinhar as seguintes:

- Maior receio das pessoas em assumirem o risco;
- Reencaminhamento de alguns públicos, nomeadamente dos Centros de Emprego, para outros apoios (microinvest);
- Confusão instalada quanto às medidas de apoio.

Importa referir que 18% dos contactos vinham através dos Centros de Emprego ou tiveram conhecimento do microcrédito através dessa rede do IEFP.

Refira-se ainda que, embora face a 2009, exista uma ligeira diminuição das

divulgações feitas pelos Técnicos e das entidades por eles contactadas, o número de 263 divulgações e de cerca de 114 entidades (2009: 280 divulgações, 139 entidades), contactadas revela que, apesar de outras solicitações e prioridades, a preocupação de procura de público esteve sempre presente. Sublinhe-se ainda o facto de 41,9% dos contactos não passarem a 1ª fase do atendimento e 31,5% não ultrapassarem a fase da informação bancária. Apenas 10% dos contactos chegam à fase das Comissões de Crédito.

Gráfico 1: Evolução dos Contactos

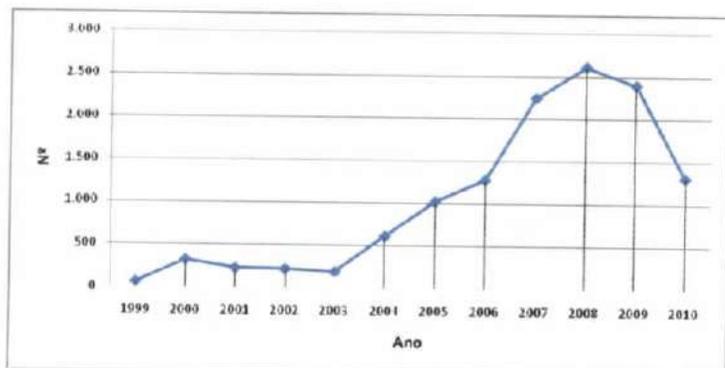
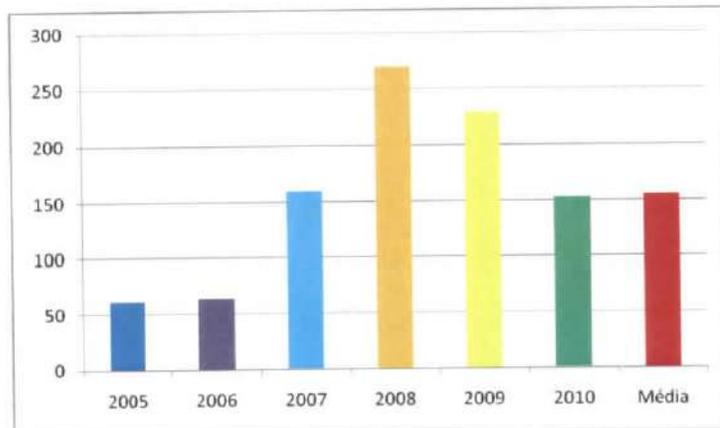


Gráfico 2: Projectos Creditados



Como se pode observar no gráfico 2., o número de 152 projectos creditados – novos e aumentos de capital – significa que nos situamos ligeiramente abaixo do nível de 2007 (160 creditados). Sublinhe-se ainda o facto de este número contrariar a tendência de crescimento verificada a partir de 2005, embora em 2009 tenha já havido uma ligeira queda tendo como referência o melhor ano (269, 2008).

Face aos números explicitados na tabela ao lado, e em relação ao ano anterior, nota-se:

- ✓ Decréscimo de cerca de 38% dos projectos aprovados pelas Comissões de Crédito (novos e aumento de capital);
- ✓ Uma diminuição dos projectos creditados em cerca de 33 %;
- ✓ Um aumento das reestruturações por diferi-

Tabela 1: Alguns Dados

	2010 (31/12)	2009 (31/12)
Projectos novos aprovados pelas Comissões de Crédito (Nº)	155	278
Projectos c/ aumento capital aprovados pelas Comissões de Crédito (Nº)	17	
Projectos novos creditados (Nº)	133	228
Projectos c/ aumento capital creditados (Nº)	19	
Reestruturações (diferimento de prazo) (Nº)	27	13
Projectos não aprovados pela Banca (Nº)	18	23
Desistiram após aprovação em C. Crédito (Nº)	19	24
Transitaram para o ano seguinte (Nº)	19	25
Montante de crédito concedido (€)	1 080 998	1 397 052
Média do montante dos empréstimos novos em 2010 (€)	7 575	6 045
Média acumulada dos empréstimos novos (€)	5 314	5 064
Projectos Activos (Nº)	590	550
Projectos Activos Fechados (Nº)	172	129
Projectos em mora (Nº)	179	266
Projectos em mora (<= 4 moras) (Nº)	68	72
Projectos s/ os quais se extingue a responsabilidade do FG (Nº)	166	149
Montante s/ o qual se extingue a responsabilidade do FG (€)	926 600	696 672
Nº de Contactos	1 588	2393
Visitas ao site (média mensal)	4 554	4783

mento de prazo em 108 %;

- ✓ Diminuição no que se refere aos projectos recusados pelos bancos (11 em 2008, 23 em 2009);
- ✓ Ligeira diminuição dos promotores que desistiram (12 em 2008, 24 em 2009, 19 em 2010);
- ✓ Aumento em cerca de 33% do encerramento de micro-negócios;
- ✓ Diminuição dos projectos em mora em cerca de 32,7%.

1.1.2.5. Relacionamento com as Instituições Financeiras

Durante o ano de 2010, face à conjuntura económica de crise acentuada, foram muitos os microempresários que viram a sua situação piorar sentindo dificuldades no cumprimento dos compromissos assumidos. Nesse sentido foram envidados esforços no sentido não apenas de resolver alguns casos em incumprimento, mas sobretudo conter o fenómeno, evitando dessa forma um eventual agravamento acentuado. As reuniões mensais com cada uma das instituições parceiras – à excepção do BES -, sempre com a presença do membro da Direcção responsável pela área operacional, permitiram não apenas a análise de situações concretas e a procura de soluções, mas também o afinar de procedimentos de forma a melhorar o entendimento entre as partes e a qualidade do trabalho desenvolvido por ambas. O envio por parte das instituições financeiras de informação atempada sobre os casos de incumprimento permitiu um acompanhamento mais próximo e criou nos Técnicos maior exigência.

1.1.2.6. Acompanhamento

O Acompanhamento mereceu, ao longo de todo o ano, uma atenção especial, nomeadamente na criação de instrumentos de apoio aos Técnicos que lhes permitissem um maior controlo e conhecimento sobre todos os casos acompanhados e o intervalo entre visitas. Há que salientar o esforço desenvolvido no sentido de maior controlo do incumprimento, criando maior exigência não apenas no acompanhamento dos casos, mas também no que se refere ao relato dos mesmos e classificação dos mesmos quanto ao grau de incumprimento.

Actualmente, o acompanhamento no terreno representa cerca de 25% do tempo dos Técnicos. Se a esta percentagem somarmos 6% do tempo gasto em contactos telefónicos com os microempresários, teremos uma percentagem que ronda os 31%.

Por outro lado, importa sublinhar o facto de que as exigências criadas pelos nossos parceiros financeiros, nomeadamente os relatórios mensais sobre os casos concretos em incumprimento, têm como consequência uma maior ocupação dos Técnicos em Tarefas de índole mais «burocrática».

1.1.2.7. Reuniões da Equipa Técnica (RET)

As reuniões da Equipa Técnica (RET), com periodicidade mensal, que reúnem todos os técnicos da área operacional, foram um espaço privilegiado no afinamento de critérios e procedimentos, sendo por isso também um espaço formativo e de troca de experiências. A tentativa de melhoria da metodologia introduzida no ano anterior, mais participativa e valorizando o trabalho em pequenos grupos, assim como um maior cuidado na preparação das reuniões, resultou numa maior participação de todos. A reflexão a partir de casos concretos, avaliando os erros cometidos e propondo alterações conduziu à melhoria de alguns instrumentos, sendo o caso da informação a disponibilizar no formulário fornecido às Instituições financeiras o mais conseguido. Embora a avaliação feita por todos individualmente revele ser positiva a fórmula, existem ainda um longo caminho de melhoria, nomeadamente ao nível das consequências do que nas reuniões se discute.

1.1.2.8. Comissões de Crédito

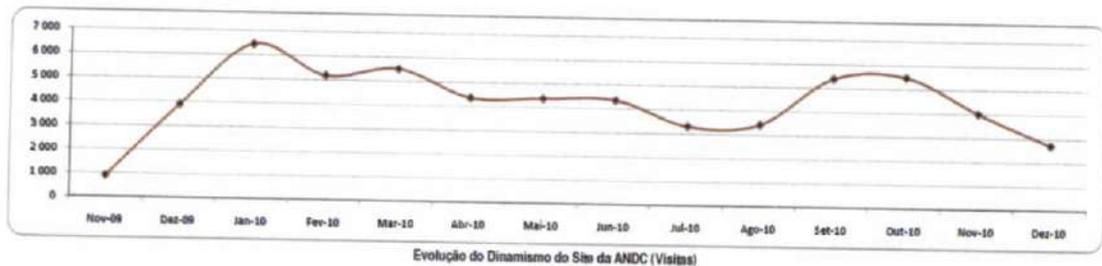
Como é sabido, funcionam actualmente seis Comissões de Crédito (4 em Lisboa e 2 no Porto), o que significa a mobilização permanente de 30 voluntários.

Com o objectivo de implementar um novo Regulamento para as Comissões de Crédito e de afinar alguns critérios de avaliação, a Direcção reuniu uma vez com as Comissões de Crédito de Lisboa. Embora tenha havido conversas individuais com alguns membros das Comissões de Crédito do Porto, nunca se chegou a concretizar uma reunião colectiva para discussão do Regulamento.

1.1.3. Site

O site teve uma média mensal de mais de 4500 visitas, com um nível de identificação dos visitantes que se situa nos 70%. Refira-se ainda que as visitas com ligação à ficha de contacto se situam na média mensal superior a 1700.

Sublinhe-se o facto de o site, pelo número de visitas, ser um veículo importante de divulgação da mensagem da ANDC e que, por isso mesmo, importa potenciar.



1.1.4. Boletim

No Plano de Acção apontava-se para uma nova estratégia de comunicação que passava pela substituição do Boletim por uma Newsletter e a publicação de cadernos temáticos sobre o microcrédito.

Não tendo a Direcção desenvolvido essa estratégia, foi publicado apenas um número do boletim.

1.1.5. Organização das actividades de voluntariado

Manteve-se o grupo de voluntários afectos ao Atendimento, embora com a diminuição de pessoas, contando neste momento apenas com duas. Está-se a proceder neste momento à renovação da Equipa.

No Acompanhamento aos microempresários envolveu-se mais um voluntário em Lisboa e iniciou-se a experiência com dois voluntários no Porto. Pretende-se envolver mais voluntá-

rios no acompanhamento, embora com algum cuidado e sempre em articulação com o Técnico responsável.

1.1.6. Associados

Total associados:	296
Novos associados:	4
Desistências:	4

Tentou-se, sempre que possível, comunicar com os associados através de e_mail, nomeadamente divulgando informação que fosse de interesse.

27 Fevereiro

A Direcção reuniu com alguns associados do Porto para uma reflexão conjunta sobre os novos desafios que se colocam à ANDC e a procura de novas vias de actuação.

17 Junho

A Direcção reuniu em Lisboa com alguns associados para uma reflexão conjunta sobre as Sociedades Financeiras de Microcrédito e as ideias a explicitar no documento a apresentar ao Banco de Portugal.

1.1.7. Mecenato

Linklaters

Está a preparar um caderno sobre as questões jurídicas ligadas à restauração. Já estava quase finalizado, mas a alteração de alguma legislação obrigou a refazer algumas partes. Estes cadernos são sobretudo um instrumentou de apoio aos Técnicos de Microcrédito no sentido de melhor ajudarem o microempresário e pensar o seu negócio. Prestam também apoio em alguns casos de negócios em que existem dúvidas quanto aos seus requisitos legais.

VdA Associados

Para além de nos informar, através das suas notas, sobre a legislação que sai sobre toda a área da Economia Social, apoiou-nos na reflexão sobre as Sociedades Financeiras de Microcrédito e sobre o Estatuto do Auto-Empreendedor.

Organizou (16/12/2010) um colóquio nas suas instalações, dirigido aos seus clientes, sobre «Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Papel da Lei», no qual participou enquanto orador o Presidente da ANDC.

Abreu Advogados

Apoio jurídico a questões da gestão corrente da ANDC, nomeadamente no que concerne à resolução de algumas situações pendentes com a Administração Fiscal, contratos de trabalho e pareceres sobre questões administrativas.

Logistel

Disponibiliza instalações para as reuniões da Equipa Técnica.

1.1.8. Protocolos

Foram assinados vários protocolos, entre os quais se destacam:

- Câmara Municipal de Viana do Castelo
- Câmara Municipal de Aljustrel
- Câmara Municipal de Marvão
- Câmara Municipal de Loulé
- Câmara Municipal de Sever do Vouga
- Câmara Municipal de Peniche
- CLDS de Coruche
- CLDS de Évora

1.2. Relacionamento institucional

Em termos institucionais, além das relações regulares com os parceiros institucionais, e de contactos encetaram-se contactos no âmbito das Sociedades Financeiras de Microcrédito, com a Comissão Para a Igualdade do Género, ACIDI e CASES. De referir ainda, os contactos havidos com o Presidente do Instituto da Segurança Social com vista à apresentação do Estatuto do Microempresário e do auto-empresendedor e inteirarmo-nos acerca da viabilidade de um projecto-piloto (ATITUDES) apresentado ao ISS e direccionado a beneficiários do RSI.

Para além das Entidades a seguir referenciadas, importa também sublinhar, pela sua importância, a participação da ANDC em alguns eventos, entre os quais se destacaram:

- **11 Fevereiro:** Reunião com o Presidente do Instituto da Segurança Social;
- **23 Agosto:** Reunião da Direcção com o Embaixador do Luxemburgo com vista à preparação da visita dos Duques, a qual terá como tema o microcrédito.
- **09 Setembro:** Participação do Presidente da ANDC numa mesa redonda sobre o Microcrédito, na Universidade de Coimbra, aquando da cerimónia da visita da Duquesa do Luxemburgo àquela instituição.
- **05 Dezembro:** Participação do Presidente, a convite da entidade organizadora, «Sair da Casca», no encontro com o Prof. Yunus na Culturgest.
- **10 Dezembro:** Participação do Presidente na Cerimónia de Encerramento do Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão.

1.2.1. IEFP

A ANDC manteve com o IEFP os contactos institucionais normais entre parceiros, procurando, sempre que a situação o exigiu, estreitar as relações e os contactos com vista à resolução de algumas situações. Esses contactos intensificaram-se sobretudo a partir do momento que o IEFP anunciou um corte de 10% na sua comparticipação para 2010 e, posteriormente, um corte de 28,6% no que concerne a comparticipação para 2011. Também a questão da participação da ANDC no programa Microinvest foi por diversas vezes colocada.

Apesar da anuência do IEF, nunca existiu da sua parte uma clarificação quanto aos procedimentos e quanto à forma de participação da ANDC.

1.2.2. Instituições Financeiras

O aprofundamento das parcerias com as Instituições Financeiras, bem como o ajustamento de procedimentos sobretudo no que se refere ao incumprimento, trouxe à ANDC novas responsabilidades que obrigam a um maior controlo das moras e à produção de relatórios mensais e classificação de cada caso quanto ao risco de incumprimento. Se é verdade que este esforço teve o mérito, tendo em conta a situação de grande dificuldade vivida por muitos microempresários, de conter o incumprimento, trouxe aos técnicos uma carga em trabalho mais burocrático.

Foram realizadas reuniões mensais, sempre com a presença do membro da Direcção responsável pela área operacional, com os parceiros financeiros – à excepção do BES – em que se procurou discutir, caso a caso, todas as situações de incumprimento e outras em que existissem dúvidas quanto à sua aprovação.

Perante novas exigências das Divisões de Crédito de cada uma das Instituições, acordou-se que nos formulários enviados deveria constar outro tipo de informação sobre o negócio, ou seja, que permitisse uma outra avaliação sobre o negócio e o microempresário.

1.2.3. Secretaria de Estado para a Igualdade

30 Março

Reunião da Direcção com a Secretária de Estado para a Igualdade com o objectivo de ver quais as hipóteses de colaboração da ANDC com os Estabelecimentos Prisionais no sentido de apoiar as reclusas em programas de formação, e cuja saída está próxima, a pensarem a criação do seu próprio negócio.

29 Abril

Na sequência dessa reunião e conversas posteriores, a Secretaria de Estado para a Igualdade promoveu a assinatura de Protocolo envolvendo as seguintes entidades: COMISSÃO

PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG), DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS (DGSP), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO (ANDC) e ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESÁRIAS (ANE).

1.2.4. Microfinança e Sociedades Financeiras de Microcrédito

15 Março

A Direcção Reuniu em 15 de Março com o Secretário de Estado do Tesouro com o objectivo de discutir o enquadramento das futuras Sociedades Financeiras de Microcrédito e dar a conhecer as suas preocupações sobre o assunto em discussão. Na sequência da reunião, o Secretário de Estado deu indicações ao Banco de Portugal para que a ANDC fosse um dos parceiros a auscultar no desenvolvimento do processo, uma vez que o dossier seria da competência dessa entidade.

05 Maio

Na sequência da reunião com o Secretário de Estado do Tesouro e do pedido de audiência ao Governador do Banco de Portugal, a Direcção reuniu, no dia 5 de Maio, com o Departamento de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal. A ANDC teve oportunidade de informar o Banco de Portugal sobre o tipo de actividade que desenvolve, bem como a sua metodologia e parceiros com os quais possui protocolo. Informou ainda sobre experiências semelhantes noutros países europeus, nomeadamente no que concerne à legislação no âmbito do microcrédito. Ficou acordado que a ANDC enviaria informação sobre essas experiências e que, em devido tempo, enviaria o seu próprio contributo sobre as Sociedades Financeiras de Microcrédito.

O documento, elaborado a partir da contribuição de vários associados, do apoio do nosso parceiro VdA e de consultas a várias pessoas afectas ao sector bancário, foi enviado pela Direcção ao referido Departamento do Banco de Portugal.

1.2.5. CASES

Face ao novo desenho e enquadramento do Microcrédito em Portugal, a Direcção da ANDC reuniu com a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) (09 de Abril e 17 de Novembro) com o objectivo de perceber qual seria a evolução do microcrédito no nosso País e o eventual papel da ANDC no novo enquadramento, nomeadamente a hipótese de integração na CASES. Para além das referidas reuniões, nas quais esteve presente o Presidente da Cooperativa, houve vários contactos informais no sentido de acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos.

1.2.6. AXA Seguros

Após um longo trabalho desenvolvido com a Axa Seguros com vista à assinatura de um Protocolo de Cooperação que possibilitasse aos microempresários o acesso aos seguros de que necessitam em condições mais favoráveis, foi assinado, em 21 de Janeiro, um acordo de cooperação entre a Axa e a ANDC. Embora a implementação do acordo tenha sido morosa, actualmente encontra-se em pleno funcionamento e foram já vários os microempresários que recorreram aos produtos disponibilizados.

1.2.7. Ministério do Ambiente

Após a assinatura em 2009 do Memorando de Entendimento entre o Ministério do Ambiente e a ANDC, apontava-se para o estabelecimento de protocolos parciais, no âmbito de programas de apoio ao empreendedorismo, que definissem a actuação da associação quer nos Parques Naturais, através do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), quer na Iniciativa Bairros Críticos, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbano (IHRU). Contudo, e depois de várias reuniões de trabalho, devido aos cortes financeiros efectuados no ICNB e também fruto da alteração das prioridades políticas, o protocolo relativo à intervenção da ANDC nos Parques Naturais não teve sequência. Do memorando resultou o Protocolo assinado, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos (IBC), com o IHRU em 26 de

Abril de 2010, o qual tem a periodicidade de 12 meses. O protocolo tem como objectivos a dinamização de um conjunto de acções inovadoras com vista ao reforço da dimensão empreendedora dos territórios do Vale da Amoreira (concelho da Moita), da Cova da Moura (concelho da Amadora) e do Lagarteiro (Porto), estipulando a comparticipação do IHRU em € 20 000, a qual corresponde à afectação de um Técnico.

1.2.8. ACIDI

Na sequência de vários contactos e reuniões de trabalho, foi assinado, em 20 de Maio, no âmbito do Projecto «Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI)», Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). O protocolo, além de indigitar a ANDC como entidade de apoio aos imigrantes que frequentem a formação do PEI na montagem do seu projecto de negócio e acompanhamento, prevê ainda a possibilidade da ANDC ser entidade formadora desses cursos quando tiver a respectiva acreditação das entidades competentes.

1.2.9. CNIS

No âmbito do Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão, a ANDC foi parceira da CNIS em várias acções desenvolvidas com as Instituições Particulares de Solidariedade Social. O objectivo foi o de possibilitar a pessoas com grande grau de exclusão, após formação, acederem a um empréstimo para criarem o seu próprio emprego. O papel da ANDC foi o de as ajudar a pensar o negócio e possibilitar o seu financiamento. Esta parceria teve também a participação da AEP na área da formação.

1.2.10. Estatuto do Auto empreendedor e do Microempresário

Após o trabalho encetado com o nosso parceiro VdA no sentido de trabalhar uma proposta de Estatuto de Microempresário, a ANDC apresentou uma proposta ao Ministério do trabalho e da Solidariedade Social e a outras pessoas e/ou entidades, entre as quais o Presidente

do IEFP, o Presidente do Instituto da Segurança Social e o Presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

1.3. Relacionamento internacional

1.3.1. REM – Visita de Delegação

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), juntamente com o parceiro Millennium bcp, organizou, entre dia 10 e dia 12 de Maio 2010, e pela 1ª vez em Portugal, a 11ª Visita de Intercâmbio com o objectivo de oferecer aos participantes a oportunidade de tomarem contacto com as especificidades do sector do microcrédito em Portugal. A Delegação era composta por 16 pessoas (3 húngaros, 1 italiano, 10 albaneses e duas pessoas do Staff da Rede Europeia de Micro-finança: uma sediada no escritório em Paris e outra sediada em Bruxelas.



No âmbito deste intercâmbio, os participantes, tiveram a oportunidade de contactar, além do Millennium, com os parceiros institucionais da ANDC: IEFP, CGD e BES. Contudo, a parte mais entusiasmante e que muito agradou aos próprios, foi a visita em pequenos grupos, organizada pela ANDC, a alguns dos microempresários apoiados. Também a visita à ANDC e o convívio com os Técnicos foi um momento agradável e descontraído.

No âmbito desta visita, a REM organizou um encontro com Rita Baptista, representante em Portugal das Comunidades Auto Financiadas (CAF) (www.comunidadescaf.org). A importância da organização periódica destas visitas prende-se com o facto de permitir aos participantes tomarem conhecimento directo com o sector do microcrédito noutros países Europeus, com o intuito de partilhar conhecimento adquirido e observar o seu impacto. Trata-se de uma oportunidade para comparar práticas e metodologias, partilhar ideias e experiên-

cias, ferramentas de gestão, características do público-alvo, alternativas de financiamento, incentivos colocados à disposição pelos organismos públicos.

1.3.2. REM – Conferência Anual

Tendo como tema central «*Combate à Pobreza, apoio às empresas*», realizou-se em Londres, de 23 a 25 de Junho, a Conferência Anual da REM, na qual participaram dois membros da Direcção e o Secretário-Geral. Entre os vários debates, uma das questões interessantes entretanto levantadas foi a confrontação entre dois modelos de intervenção na área do microcrédito: o modelo ADIE e o modelo das CDFI (Community Development Finance Institution), sobre os quais importa reflectir e daí retirar conclusões quanto ao futuro da microfinança na Europa Ocidental.

1.3.4. Microfinança na Europa

A ANDC participou, através do Presidente e do Secretário-Geral, na Conferência que teve lugar em Bruxelas, no dia 9 e 10 de Novembro, sobre a Microfinança na Europa. Esta conferência, a segunda do género, foi organizada pela Comissão Europeia e teve como objectivos perceber a realidade de Microfinança na Europa Ocidental e o lançamento oficial do Programa Progress. Ficou claro para todos que os Programas Europeus nesta área, nomeadamente o Progress não se ajustavam à realidade, sobretudo das pequenas organizações. Perante tal constatação os Comissários presentes informaram que havia a ideia de alterar as regras do Fundo Social Europeu, cujos fundos estão muito centralizados nos Estados, para que essas organizações tivessem acesso a alguns apoios.

A ANDC aproveitou a conferência para reunir com Técnicos do Fundo Europeu de Investimentos, responsáveis do programa Progress, no sentido de perceber quais as possibilidades de poder recorrer a esses apoios.

1.4. Participação em eventos e meios de Comunicação Social

Foram muitas e diversas as solicitações para a ANDC participar em eventos ou pequenos encontros, às quais sempre se tentou corresponder. Foram também diversos os meios de Comunicação Social que ao longo do ano se referiram à ANDC e ao microcrédito. Entre as várias referências há que destacar:

Rádios

- Rádio Clube
- Rádio Renascença
- RDP

Televisão

- TVI - Telejornal
- RTP1 – Portugal no Coração
- RTP1 – Telejornal 20H
- SIC Mulher
- SIC – Programa da Tarde
- TV Regiões – Programa Verso e Reverso



Jornais/Revistas

- Revista «Visão»
- Jornal SOL
- Jornal i
- Jornal Público
- Jornal de Notícias
- Revista «Europa: Novas Fronteiras», Centro de Informação Jacques Delors, Lisboa
- OJE
- Vida Económica



Refira-se ainda a participação de alguns microempresários numa reportagem para uma televisão austríaca (ORF) e em quase todos os programas dos canais nacionais acima referidos. Também alguma Imprensa regional se referiu à actividade da ANDC, sobretudo na sequência de acções de divulgação ou eventos nos quais a ANDC tenha participado.

2. Contas

As Contas reflectem o nível de actividade desenvolvido durante o ano de 2010, bem como a melhor utilização dos recursos disponíveis com vista à prossecução dos objectivos definidos e compromissos assumidos.

No que concerne as contas, note-se os seguintes factos:

• Resultado Líquido do Exercício:	€ (36.661,37)
• Reforço do Fundo de Garantia Exercício 2010:	€ 54.049,93
• Reversão do Fundo de Garantia:	€ 46.330,02
• Fundo de Garantia: utilização em 2010	€ 11.786,74
• Provisão para impostos – Tributação Autónoma	€ 3.062,11

O Resultado Líquido do Exercício deve-se, tal como já foi anteriormente referido, ao acentuado decréscimo da actividade, nomeadamente de projectos creditados, face aos objectivos previstos no orçamento e em função dos quais foi dimensionada a estrutura.

A reversão do Fundo de Garantia, e à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, resulta do facto de ao longo de 2010 haver projectos sobre os quais a ANDC deixa de ter qualquer responsabilidade, seja por terem sido amortizados, seja pela reestruturação do empréstimo ou, ainda, por ter sido accionado o Fundo de Garantia. No que se refere à movimentação do Fundo de Garantia no exercício, e segundo as regras estabelecidas, em 2010, teve um reforço bruto de 54.049,93 euros, uma reversão de 46.330,02 euros e uma utilização no montante de 11.786,74, o que significa uma diminuição de 4.066,83 €. Foi accionado no montante de € 11 786,74, para a resolução de 52 projectos, correspondendo ao montante do capital vencido e não reembolsado de € 235 734,75. O montante total do Fundo de Garantia é, em 31/12/2010, de 160.130,65 euros, correspondendo as responsabilidades efectivas da ANDC 132.603,95 euros.

A «Provisão para impostos – Tributação Autónoma» decorre de uma situação que continua pendente e que se prende com o Estatuto de Utilidade Pública, mas que a Direcção continua a entender prudente constituir provisão para o efeito específico. Este ano apenas se procedeu à actualização do montante.

No que se refere aos custos sublinhe-se:

- Acréscimo dos custos fixos em 6% face a 2009, embora haja diminuição de 7% face ao orçamentado para 2010.
- No que se refere aos custos com pessoal nota-se um aumento de 8% face a 2009, embora se se tiver em conta a contribuição da Iniciativa Bairros Críticos (20 000 €) esse aumento seja apenas de 2,3% e se se considerar a comparticipação do InovSocial haja uma diminuição de 2,3%. Ou seja, se considerarmos a comparticipação da participação da ANDC noutras iniciativas, os custos com pessoal situaram-se a um nível inferior ao de 2009. Por outro lado, se aos custos de pessoal referentes a 2009 somarmos o custo com «Colaboradores Diversos», teremos um montante superior aos custos com pessoal relativos a 2010.
- Na rubrica «Encargos com Viaturas» existe um acréscimo de 5% face ao orçamentado, o que se deve à subida dos combustíveis, aumento do IVA e introdução de pagamento de portagens, no final do ano, em algumas vias.
- A redução dos custos variáveis em 39% face ao ano de 2009 e em 37% em relação ao orçamentado, deve-se essencialmente à não realização de qualquer conferência ou evento, à publicação apenas de um Boletim e à diminuição dos custos orçamentados para a formação. Note-se que o Curso sobre a Formação de Formadores em Micro negócios foi inteiramente gratuito por se incluir no acordo de colaboração com o ACIDI.
- No que se refere à rubrica «Serviços Jurídicos» ela relaciona-se com a facturação dos serviços prestados pela Abreu Advogados, em regime de pró-bono, cujo retorno aparece nos Donativos.

No que se refere aos proveitos, há que notar uma diminuição das quotas em cerca de -32% face a 2009.

O Fundo Solidário, proposta apresentada no Plano de Acção para 2010, não teve qualquer desenvolvimento.

Aprovado em Assembleia-Geral de 28 de Março de 2011

A Direcção da ANDC

*Mafalda Pais de Aguiar
Johannes Loureiro ou Aluno*